

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0004561-67.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Nulidade / Inexigibilidade do Título**
 Requerente: **Br Aves Exportação e Transportes Ltda**
 Requerido: **Tblt Transportes Ltda**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS.

BR AVES EXPORTAÇÃO E TRANSPORTES LTDA. ajuizou **AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO** em face de **TBLT TRANSPORTE LTDA.**, ambos devidamente qualificados.

Aduz a autora, em síntese, que: a) contratou a ré para realizar o transporte das mercadorias descritas nas notas fiscais nº 31773, 31776, 31779 e 31780, totalizando 17 entregas para o Estado de Minas Gerais; b) a ré realizou 6 entregas no dia 14/02/2013 e 7 no dia 15/02/2013, sendo que as 4 restantes não foram concluídas; c) no dia 16/02/2013 às 4h um funcionário da requerida abandonou o caminhão de propriedade de sua empregadora com as mercadorias não entregues; d) o prejuízo sofrido chegou a R\$10.000,00 e não houve reparação pela ré e; e) como se tal não bastasse, a requerida sacou e protestou uma duplicata figurando a autora como devedora no valor de R\$2.500,00. Diante disso, requereu a antecipação de tutela para ver sustado o protesto da duplicata e ao final declarar a inexigibilidade do débito no valor de R\$2.500,00 e a condenação da ré ao pagamento de indenização pelos prejuízos e lucros cessantes a serem apurados.

Deferida antecipação de tutela cf. fls. 48.

Devidamente citada cf. fls. 117, a requerida não apresentou contestação (cf. fls. 134), permanecendo inerte.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

É o relatório. Decido

A causa comporta julgamento antecipado nos termos do art. 355, II, do Código de Processo Civil.

A pretensão é procedente.

Ante a ocorrência do efeito material da revelia presumem-se aceitos verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 344, do CPC).

Com o silêncio a requerida confessou não ter concluído a tarefa para a qual foi contratada: deixou de realizar a entrega de parte da mercadoria, que acabou sendo abandonada e se deteriorou.

Portanto, o saque do título deve ser declarado ilegítimo e a ré deve ressarcir ao autor todos os prejuízos a que deu causa, ou seja, o perecimento das mercadorias (constantes dos documentos de fls. 36/44) e lucros cessantes, que serão apurados “oportuno tempore”, como prevêm os artigos 509 e ss, do CPC.

* * *

Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** a súplica inicial para **DECLARAR INEXIGIVEL A DUPLICATA MERCANTIL Nº 265** protestada pelo 1º Cartório de Notas e Protestos (protocolado sob o n 259360, no dia 13/03/2013, no valor de R\$ 2.500,00 – fls. 24) e **CONDENAR** a ré, TBLT TRANSPORTES LTDA, ao pagamento de indenização correspondente aos danos materiais causados pelo perecimento das mercadorias não entregues, especificadas nas notas fiscais de fls. 32/35, e lucros



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

cessantes, cujo valor será apurado “oportuno tempore”, nos termos dos artigos 509 e ss, do CPC.

Torno definitiva a antecipação da tutela concedida a fls. 48.
Oficie-se.

Sucumbente, arcará o requerido com as custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 20% do valor que vier a ser apurado em futura liquidação.

Transitada em julgado esta decisão, caberá ao vencedor iniciar o cumprimento de sentença fazendo o requerimento necessários, nos termos dos artigos 523 a 525, do CPC.

P. R. I.

São Carlos, 24 de novembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**